ReGeo ISSN: 2177-3246

OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA: UMA PROPOSTA HISTÓRICO-CULTURAL PARA COMPREENDER A CONSTRUÇÃO DO FEMININO

THE PROCESSES OF MEANING IN FEMALE SUBJECTIVITY: A HISTORICAL-CULTURAL PROPOSAL FOR UNDERSTANDING THE CONSTRUCTION OF THE FEMININE

LOS PROCESOS DE SIGNIFICACIÓN DE LA SUBJETIVIDAD FEMENINA: UNA PROPUESTA HISTÓRICO-CULTURAL PARA COMPRENDER LA CONSTRUCCIÓN DE LO FEMENINO

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-160

Data de submissão: 14/07/2026 **Data de publicação:** 14/08/2026

Julia Fânzeres Caminha Mutschler
Graduanda
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: juliacaminha@gmail.com

Lisienne de Morais Navarro Gonçalves Silva
Doutora
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: lisienne.silva@docente.unip.br

RESUMO
A construção da subjetividade feminina constitui um processo complexo, atravessado por dimensões históricas, sociais, culturais e psicológicas, que ultrapassam explicações fundamentadas exclusivamente na biologia ou na experiência individual. Este artigo tem como objetivo compreender a construção do feminino à luz da Psicologia Histórico-Cultural, propondo a categoria analítica Processos de Significação da Subjetividade Feminina como possibilidade teórica para interpretar os significados atribuídos às experiências que atravessam o ciclo de vida das mulheres. Trata-se de um estudo teórico, de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise conceitual, fundamentado principalmente nas contribuições de Audre Lorde (2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Lev S. Vygotsky (2007), Monica von Koss (2018) e Silvia Lane (2012). A discussão evidencia que experiências como infância, menarca, sexualidade, maternidade, menopausa e envelhecimento não produzem, por si só, formas específicas de subjetividade, adquirindo significados por meio das mediações sociais, da linguagem e das relações de poder presentes em diferentes contextos históricos e culturais. Como principal contribuição, o estudo propõe um quadro analítico que integra pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas, compreendendo a subjetividade feminina como uma construção dinâmica, relacional e constantemente ressignificada ao longo da vida. Conclui-se que a compreensão dos processos de significação amplia as possibilidades de investigação sobre o desenvolvimento feminino e oferece um referencial teórico capaz de subsidiar futuras pesquisas e práticas interdisciplinares no campo da Interseccionalidade, da Psicologia e das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Subjetividade Feminina. Processos de Significação. Psicologia Histórico-Cultural. Mediação. Construção do Feminino. Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The construction of female subjectivity is a complex process shaped by historical, social, cultural, and psychological dimensions that extend beyond explanations based solely on biology or individual experience. This article aims to understand the construction of femininity from the perspective of Cultural-Historical Psychology, proposing the analytical category Processes of Signification of Female Subjectivity as a theoretical framework for interpreting the meanings attributed to experiences throughout women's life cycle. This is a theoretical study with a qualitative approach, developed through bibliographic research and conceptual analysis, primarily grounded in the contributions of Audre Lorde (2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Lev S. Vygotsky (2007, 2009), Monica von Koss (2018), and Silvia Lane (2012). The discussion demonstrates that experiences such as childhood, menarche, sexuality, motherhood, menopause, and aging do not, in themselves, produce specific forms of subjectivity; rather, they acquire meaning through social mediation, language, and power relations embedded in different historical and cultural contexts. As its main contribution, the study proposes an analytical framework that integrates the assumptions of Cultural-Historical Psychology, Critical Social Psychology, and Feminist Studies, understanding female subjectivity as a dynamic, relational, and continuously re-signified construction throughout life. It is concluded that understanding the processes of signification broadens the possibilities for investigating female development and provides a theoretical framework capable of supporting future interdisciplinary research and practices in the fields of Intersectionality, Psychology, and the Human Sciences.

Keywords: Female Subjectivity. Processes of Signification. Cultural-Historical Psychology. Mediation. Construction of Femininity. Human Development.

RESUMEN

La construcción de la subjetividad femenina constituye un proceso complejo, atravesado por dimensiones históricas, sociales, culturales y psicológicas, que trascienden explicaciones fundamentadas exclusivamente en la biología o en la experiencia individual. Este artículo tiene como objetivo comprender la construcción de lo femenino a la luz de la Psicología Histórico-Cultural, proponiendo la categoría analítica Procesos de Significación de la Subjetividad Femenina como posibilidad teórica para interpretar los significados atribuidos a las experiencias que atraviesan el ciclo de vida de las mujeres. Se trata de un estudio teórico, de naturaleza cualitativa, desarrollado por medio de investigación bibliográfica y análisis conceptual, fundamentado principalmente en las contribuciones de Audre Lorde (2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Lev S. Vygotsky (2007), Monica von Koss (2018) y Silvia Lane (2012). La discusión evidencia que experiencias como infancia, menarquia, sexualidad, maternidad, menopausia y envejecimiento no producen, por sí solas, formas específicas de subjetividad, adquiriendo significados por medio de las mediaciones sociales, del lenguaje y de las relaciones de poder presentes en diferentes contextos históricos y culturales. Como principal contribución, el estudio propone un marco analítico que integra presupuestos de la Psicología Histórico-Cultural, de la Psicología Social Crítica y de los Estudios Feministas, comprendiendo la subjetividad femenina como una construcción dinámica, relacional y constantemente resignificada a lo largo de la vida. Se concluye que la comprensión de los procesos de significación amplía las posibilidades de investigación sobre el desarrollo femenino y ofrece un referencial teórico capaz de subsidiar futuras investigaciones y prácticas interdisciplinarias en el campo de la Interseccionalidad, de la Psicología y de las Ciencias Humanas.

Palabras clave: Subjetividad Femenina. Procesos de Significación. Psicología Histórico-Cultural. Mediación. Construcción de Lo Femenino. Desarrollo Humano.

1 INTRODUÇÃO

> Mulher para mulheres: na mulher sempre se mantém a força produtora do outro, particularmente da outra mulher. Nela, matricial, acalentadora-doadora, ela mesma sua mãe e sua filha, ela mesma sua filha-irmã. Dizes-me: e aquela que é a histérica prole de uma mãe má? Tudo mudará, quando a mulher der a mulher a outra mulher. Nela, latente, sempre pronta, há fonte; e lugar para a outra. A mãe também é uma metáfora: é necessário e suficiente que o melhor de si mesma seja dado à mulher por outra mulher para que ela possa se amar e retribuir em amor o corpo em que "nasceu". (Cixous, 2022, p.138)

A construção da subjetividade feminina constitui um processo complexo, dinâmico e historicamente situado, atravessado por dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e políticas que desafiam explicações reducionistas. Embora diferentes campos do conhecimento tenham produzido importantes contribuições para compreender a condição feminina, observa-se que parcela significativa da literatura ainda privilegia abordagens fragmentadas, enfatizando, de forma isolada, fatores biológicos, sociológicos ou psicológicos. Em consequência, permanece uma lacuna quanto à compreensão integrada dos processos pelos quais as mulheres atribuem sentidos às experiências que atravessam seu desenvolvimento ao longo da vida.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano constitui-se nas relações sociais mediadas pela linguagem, pela cultura e pelos sistemas simbólicos. Entretanto, embora essa tradição teórica ofereça fundamentos consistentes para compreender a constituição da subjetividade, não desenvolveu uma teoria específica acerca da construção do feminino. Paralelamente, os Estudos Feministas e a Psicologia Social Crítica evidenciaram que gênero, poder, linguagem e cultura participam da produção das experiências femininas, demonstrando que ser mulher não representa uma condição natural, mas uma construção histórica constantemente produzida nas relações sociais. Apesar desses avanços, observa-se que ainda são escassas as proposições capazes de integrar tais referenciais em um modelo analítico que explique como os significados atribuídos às experiências femininas participam da constituição da subjetividade.

É nesse contexto que se insere o presente estudo. Parte-se da hipótese de que a subjetividade feminina não é produzida diretamente pelas experiências biológicas nem pelos acontecimentos vividos em si, mas pelos significados socialmente construídos acerca dessas experiências. Infância, adolescência, menarca, sexualidade, maternidade, trabalho, menopausa e envelhecimento constituem acontecimentos importantes do ciclo de vida feminino; entretanto, tornam-se psicologicamente significativos apenas quando interpretados à luz das mediações culturais, da linguagem, das relações de poder e dos contextos históricos nos quais são vivenciados.

A questão central desta investigação consiste em compreender de que maneira os significados atribuídos às experiências femininas participam da constituição da subjetividade das mulheres ao longo do ciclo de vida.

O objetivo geral consiste em compreender como esses processos de significação participam da construção da subjetividade feminina, articulando contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas. Especificamente, busca-se: analisar a influência do contexto histórico-cultural na constituição da subjetividade feminina; discutir o papel das mediações sociais, culturais, linguísticas e simbólicas na produção dos significados atribuídos às experiências femininas; examinar como relações de poder, marcadores sociais e contradições históricas atravessam esse processo; e propor a categoria analítica Processos de Significação da Subjetividade Feminina como um referencial teórico capaz de compreender a construção do feminino ao longo da vida.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de ampliar a compreensão da subjetividade feminina para além de perspectivas biologizantes ou individualizantes, integrando diferentes tradições teóricas em torno de um mesmo eixo interpretativo. Ao afirmar que "não se nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 2016, p. 9), Simone de Beauvoir inaugura uma compreensão segundo a qual a condição feminina resulta de processos históricos e sociais. Este artigo busca avançar nesse debate ao investigar como esse tornar-se mulher é produzido, apropriado e continuamente ressignificado pelas próprias mulheres ao longo da vida.

Trata-se de um ensaio teórico, de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise conceitual. A investigação fundamenta-se nas contribuições de Lev S. Vygotsky, Silvia Lane, Monica von Koss, Audre Lorde, Chimamanda Ngozi Adichie e Hélène Cixous, buscando identificar convergências entre esses referenciais para compreender como linguagem, mediação, cultura, relações sociais e poder participam da produção de significados sobre as experiências femininas.

Como principal contribuição, este estudo propõe a categoria analítica Processos de Significação da Subjetividade Feminina, compreendida como um modelo teórico destinado a explicar como diferentes experiências do ciclo de vida tornam-se subjetivamente significativas por meio das mediações históricas, sociais e culturais, oferecendo novas possibilidades para pesquisas futuras no campo da Psicologia, dos Estudos Feministas e das Ciências Humanas.

2 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Compreender a construção da subjetividade feminina pressupõe, inicialmente, compreender como a Psicologia explica a constituição da subjetividade humana. Nesse sentido, a Psicologia

Histórico-Cultural, desenvolvida por Lev S. Vygotsky, representa uma das mais importantes rupturas com as concepções que atribuíam o desenvolvimento psicológico exclusivamente à maturação biológica. Ao deslocar a origem das funções psicológicas superiores para o campo das relações sociais, Vygotsky inaugura uma perspectiva segundo a qual o sujeito constitui-se historicamente por meio da interação com o outro e da apropriação da cultura.

Nessa abordagem, o desenvolvimento humano não decorre de uma relação direta entre indivíduo e realidade. Toda experiência é mediada pela linguagem, pelos sistemas simbólicos, pelos valores culturais e pelas práticas sociais construídas historicamente. A mediação constitui, portanto, o princípio organizador da atividade humana, permitindo que os sujeitos construam formas particulares de interpretar o mundo, atribuir sentidos às experiências e produzir consciência.

Nessa lógica, a linguagem deixa de ser concebida apenas como instrumento de comunicação para assumir papel constitutivo da própria consciência. Ao nomear experiências, organizar pensamentos e compartilhar significados, ela participa ativamente da formação das funções psicológicas superiores. A consciência não emerge como atributo isolado do indivíduo, mas constitui-se na relação dialética entre sujeito, cultura e história. Como destaca Lane (2012), a subjetividade representa uma produção histórico-social permanentemente construída nas relações concretas estabelecidas pelos sujeitos.

Embora Vygotsky não tenha desenvolvido uma teoria específica acerca das relações de gênero, seus pressupostos oferecem fundamentos importantes para compreender que os significados atribuídos ao feminino também são socialmente produzidos. As concepções relativas ao corpo, à maternidade, à sexualidade, ao cuidado, ao trabalho e ao envelhecimento não decorrem diretamente da condição biológica das mulheres; são aprendidas, compartilhadas e apropriadas ao longo do desenvolvimento humano. Monica von Koss (2018, p. 51) reforça essa ideia ao afirmar que *"diferentemente dos sistemas biológicos, que se estruturam e se reproduzem a partir da própria unidade organizada, os sistemas sociais se formam e se mantêm através da ação dos seus sujeitos"*, evidenciando que as experiências humanas são inseparáveis dos processos históricos e culturais que lhes atribuem significado.

Essa compreensão desloca a análise da subjetividade do plano estritamente individual para o plano histórico e social. Para Lane (2012), pensamentos, emoções, crenças e formas de interpretar a realidade são constantemente produzidos nas relações sociais, tornando sujeito e sociedade dimensões inseparáveis de um mesmo processo dialético. Consequentemente, sentimentos como culpa, vergonha, inadequação ou insuficiência deixam de ser compreendidos apenas como características individuais para serem interpretados como manifestações subjetivas de processos sociais mais amplos, produzidos pelas formas de socialização, pelas relações de poder e pelas práticas culturais.

A articulação entre Vygotsky, Lane e von Koss permite compreender que a subjetividade constitui-se em um movimento permanente de apropriação, negociação e transformação dos significados produzidos pela cultura. Os sujeitos não reproduzem passivamente esses significados; ao contrário, reinterpretam-nos, resistem a eles e produzem novos sentidos para suas próprias experiências. A relação entre indivíduo e sociedade caracteriza-se, portanto, por um processo dialético no qual a cultura participa da constituição do sujeito e este, simultaneamente, transforma a cultura.

Essa perspectiva apresenta implicações fundamentais para a compreensão da subjetividade feminina. Se a subjetividade constitui-se por meio das mediações sociais e dos processos de significação, então a construção do feminino não pode ser explicada exclusivamente pelas experiências vividas pelas mulheres. Menarca, maternidade, sexualidade, menopausa ou envelhecimento não produzem, por si só, determinadas formas de subjetividade. Cada uma dessas experiências adquire sentidos distintos conforme os contextos familiares, culturais, religiosos, institucionais e históricos em que ocorre.

Desse modo, compreender a subjetividade feminina exige deslocar a análise do acontecimento em si para os processos pelos quais esse acontecimento torna-se significativo. É precisamente nesse movimento que se fundamenta a proposta central deste estudo: compreender a construção do feminino a partir dos Processos de Significação da Subjetividade Feminina, entendidos como os processos históricos, sociais, culturais e simbólicos por meio dos quais as mulheres atribuem sentidos às experiências que atravessam seu ciclo vital.

3 CORPO, SIMBOLISMO E DESENVOLVIMENTO: AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS COMO PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

A compreensão da subjetividade feminina, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, exige reconhecer que o desenvolvimento humano não se restringe às transformações biológicas ou aos acontecimentos vividos ao longo do ciclo de vida. Se a subjetividade constitui-se por meio das mediações sociais, conforme propõe Vygotsky (2007), torna-se necessário investigar como determinadas experiências corporais, próprias da trajetória feminina, são apropriadas, interpretadas e ressignificadas em diferentes contextos históricos e culturais. Nessa perspectiva, o corpo deixa de ser concebido apenas como organismo biológico para ser compreendido como um espaço simbólico no qual se inscrevem valores, normas, crenças e relações de poder.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Maurice Merleau-Ponty (1999), para quem o corpo não representa apenas um objeto da natureza, mas a própria condição de existência e de relação com o mundo. A experiência corporal é sempre uma experiência situada, mediada pela cultura e pela

história. Assim, embora menarca, ciclo menstrual, sexualidade, maternidade, menopausa e envelhecimento sejam fenômenos fisiológicos comuns às mulheres, os significados atribuídos a essas experiências variam profundamente entre diferentes sociedades e momentos históricos.

Por essa razão, torna-se insuficiente explicar a constituição da subjetividade feminina apenas pelas alterações hormonais ou pelas mudanças biológicas inerentes ao desenvolvimento. Como afirmam Berger e Luckmann (2014), a realidade humana é socialmente construída, sendo continuamente produzida e reproduzida por processos de objetivação, institucionalização e internalização. Dessa forma, o corpo feminino torna-se um território simbólico sobre o qual diferentes discursos culturais produzem expectativas, normas e interpretações que influenciam a maneira como cada mulher compreende a si mesma.

É nesse contexto que as contribuições de Monica von Koss (2018) assumem especial relevância. Ao investigar os ciclos femininos e os ritos de passagem, a autora demonstra que o desenvolvimento da mulher ultrapassa a dimensão fisiológica e envolve complexos processos simbólicos que organizam a forma como cada transformação corporal é percebida, compartilhada e integrada à identidade feminina. Para Koss (2018), nenhum acontecimento biológico possui significado universal; ao contrário, seu sentido depende das narrativas, valores e tradições presentes em cada cultura.

A primeira menstruação constitui um exemplo emblemático desse fenômeno. Em determinadas sociedades, a menarca representa fertilidade, potência, amadurecimento e pertencimento ao grupo social; em outras, associa-se ao silêncio, à vergonha, à impureza ou ao controle do corpo feminino. Como observa Koss (2018, p. 73), *"nos povos ancestrais a menarca era celebrada como um ritual de passagem que envolvia toda a comunidade"*, evidenciando que o significado do evento não reside no fenômeno biológico em si, mas na interpretação cultural construída em torno dele.

Pesquisa qualitativa conduzida com adolescentes de escolas públicas da região metropolitana de São Paulo ilustra essa dimensão cultural: para a maioria das participantes, a menarca foi relatada como uma experiência negativa, associada a medo e angústia, decorrente do silêncio familiar e da escassa informação sobre o tema, e não da transformação biológica em si (BRÊTAS *et al.*, 2012). Esse achado empírico reforça, no contexto brasileiro, a tese central deste estudo: não é o evento fisiológico que produz sofrimento, mas os significados de vergonha e tabu historicamente construídos em torno dele.

Essa leitura dialoga diretamente com os pressupostos de Vygotsky (2009), segundo os quais o significado das experiências humanas não está contido no acontecimento, mas é produzido nas relações sociais. O corpo modifica-se biologicamente; entretanto, aquilo que essas transformações representam

para cada mulher resulta da interação entre linguagem, cultura, memória coletiva e práticas sociais. O desenvolvimento psicológico não acompanha automaticamente o desenvolvimento biológico, sendo permanentemente reorganizado pelos processos de mediação.

Essa compreensão também encontra respaldo na obra de Jerome Bruner (2001), ao afirmar que os seres humanos organizam suas experiências por meio da produção de significados compartilhados culturalmente. Para o autor, as pessoas não vivem simplesmente acontecimentos; elas os interpretam mediante narrativas construídas socialmente. Aplicada ao desenvolvimento feminino, essa perspectiva permite compreender que cada experiência corporal constitui também uma experiência narrativa, sendo continuamente reinterpretada à medida que a mulher reorganiza sua própria história.

A socialização do feminino inicia-se muito antes das transformações biológicas da puberdade. Chimamanda Ngozi Adichie (2017) demonstra que meninas e meninos são educados segundo expectativas profundamente distintas desde os primeiros anos de vida. Família, escola, religião, mídia e demais instituições sociais ensinam, de forma explícita ou implícita, quais comportamentos são considerados desejáveis para cada gênero. Não se trata apenas da transmissão de normas sociais, mas da produção contínua de significados acerca do que significa ser mulher.

Antes mesmo do nascimento, diferentes expectativas passam a organizar o universo feminino. A escolha das cores, dos brinquedos, das roupas, das formas de cuidado e das interações familiares comunica mensagens simbólicas sobre delicadeza, maternidade, sensibilidade e cuidado. Bonecas, utensílios domésticos e brincadeiras relacionadas ao cuidado não representam apenas objetos infantis, mas instrumentos culturais que participam da construção de determinadas representações sobre o papel feminino. Sob a ótica histórico-cultural, tais práticas constituem importantes processos de mediação, por meio dos quais a criança internaliza significados que posteriormente participarão da organização de sua subjetividade.

Essa compreensão permite problematizar a ideia de um suposto “instinto materno” como característica exclusivamente biológica. Embora existam componentes fisiológicos relacionados à maternidade, as formas de cuidar, proteger e exercer o papel materno são profundamente influenciadas pelos significados produzidos socialmente. Como argumenta Badinter (1985), o amor materno não constitui um instinto universal e imutável, mas uma construção histórica sujeita às transformações culturais de cada sociedade.

Ao orientar meninas a serem delicadas, obedientes, compreensivas e cuidadoras, a cultura não transmite apenas padrões de comportamento; ela organiza formas específicas de interpretar o corpo, os afetos, os desejos e as possibilidades de existência. Pierre Bourdieu (2021), ao discutir a violência simbólica, demonstra que esses significados tendem a ser naturalizados, fazendo com que

determinadas expectativas sociais sejam percebidas como características naturais das mulheres, quando, na realidade, resultam de processos históricos de dominação.

Consequentemente, a construção da subjetividade feminina inicia-se muito antes da primeira menstruação. Ela manifesta-se nas palavras dirigidas às meninas, nas brincadeiras incentivadas, nas experiências permitidas ou proibidas, nos elogios, nas repreensões e, sobretudo, nos silêncios que cercam temas como sexualidade, prazer, autonomia e poder. Quando o corpo finalmente se transforma biologicamente, encontra uma rede de significados que já vinha sendo construída desde a infância.

Compreendido dessa maneira, o desenvolvimento feminino não corresponde a uma sequência linear de mudanças fisiológicas, mas a um percurso permanente de produção e reconstrução de sentidos. Cada nova experiência é interpretada à luz dos significados anteriormente internalizados e, simultaneamente, produz novas possibilidades de compreensão de si mesma. A subjetividade constitui-se, portanto, em um movimento dialético no qual experiência, cultura e linguagem reorganizam-se continuamente.

Infância, adolescência, menarca, sexualidade, maternidade, menopausa e envelhecimento devem ser compreendidos como momentos privilegiados de produção de significados sobre o feminino. Nenhuma dessas experiências determina, por si só, formas específicas de subjetividade; cada uma representa oportunidades de reafirmação, negociação, resistência ou transformação dos sentidos historicamente atribuídos às mulheres.

É nesse ponto que reside o argumento central deste estudo. O corpo oferece experiências, mas é a cultura que lhes atribui significados. As mulheres, entretanto, não incorporam esses significados de maneira passiva. Ao longo da vida, reinterpretam, questionam, resistem e ressignificam as narrativas socialmente produzidas acerca de seus corpos e de suas trajetórias. É esse deslocamento — do acontecimento biológico para o significado que lhe é atribuído — que os Processos de Significação da Subjetividade Feminina buscam capturar: o modo como experiências corporais ganham peso psicológico apenas quando atravessadas pela história, pela cultura e pelo símbolo.

Essa discussão prepara o caminho para o próximo passo da argumentação, dedicada às mediações culturais, às relações de poder e aos processos de socialização de gênero que participam da produção desses significados, aprofundando a compreensão da categoria analítica proposta neste estudo.

4 A MEDIAÇÃO CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO FEMININO

Se a Psicologia Histórico-Cultural compreende que o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais mediadas pela cultura, pela linguagem e pelos sistemas simbólicos, torna-se necessário reconhecer que a construção da subjetividade feminina não resulta exclusivamente das

experiências vividas pelas mulheres, mas, sobretudo, dos significados socialmente produzidos acerca dessas experiências. Entre o acontecimento vivido e sua incorporação à subjetividade existe um processo contínuo de mediação cultural, no qual família, escola, religião, mídia, instituições sociais e relações de poder atribuem sentidos ao corpo feminino, aos papéis de gênero e às diferentes formas de existir enquanto mulher.

Essa compreensão aproxima-se da célebre afirmação de Simone de Beauvoir (2016, p. 9) de que "*não se nasce mulher: torna-se mulher*". Longe de representar uma condição biologicamente determinada, o feminino constitui-se como uma construção histórica e social, produzida ao longo do desenvolvimento por meio das práticas culturais que ensinam, legitimam e reproduzem determinadas formas de ser mulher. Tornar-se mulher, nesse enquadramento, significa apropriar-se, negociar, resistir e ressignificar os sentidos produzidos coletivamente sobre o corpo, os afetos, o trabalho, a maternidade e a participação social.

Sob a ótica histórico-cultural, a cultura não constitui apenas o cenário onde o desenvolvimento acontece; ela representa o principal sistema de produção de significados que organiza a experiência humana. Vygotsky (2007) demonstra que toda função psicológica superior possui origem social antes de tornar-se uma função individual. Assim, aquilo que as mulheres pensam sobre si mesmas, sobre seus corpos e sobre suas possibilidades de existência resulta, inicialmente, de processos coletivos de significação que são gradualmente internalizados e reorganizados ao longo da vida.

Essa perspectiva encontra respaldo em Berger e Luckmann (2014), ao afirmarem que a realidade cotidiana é socialmente construída por meio de processos de objetivação, institucionalização e internalização. As instituições sociais produzem modelos de comportamento que passam a ser percebidos como naturais, quando, na realidade, representam construções históricas repetidamente reproduzidas pelas interações sociais. O feminino, portanto, não constitui uma essência imutável, mas uma realidade construída e constantemente reafirmada pelas práticas culturais.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017) mostra, por sua vez, que a construção do feminino inicia-se muito antes da puberdade. Desde os primeiros anos de vida, meninas e meninos são educados segundo expectativas distintas acerca de seus comportamentos, emoções, interesses e projetos de vida. A família, a escola, os grupos sociais, os meios de comunicação e as instituições religiosas comunicam, diariamente, mensagens sobre aquilo que se espera de uma "boa menina", de uma "boa esposa" ou de uma "boa mãe". Essas orientações ultrapassam a simples transmissão de normas sociais; constituem verdadeiros processos de significação que organizam a maneira como as meninas aprendem a perceber seus corpos, seus desejos e suas possibilidades de atuação no mundo.

Jerome Bruner (2001) contribui para essa compreensão ao afirmar que a cultura fornece os sistemas simbólicos por meio dos quais os indivíduos interpretam suas experiências. Para o autor, o ser humano constrói significados através das narrativas culturalmente compartilhadas, de modo que a identidade pessoal emerge da constante negociação entre a experiência vivida e as histórias socialmente disponíveis para interpretá-la. Sob essa perspectiva, a subjetividade feminina desenvolve-se na interseção entre experiência, narrativa e cultura.

Ao orientar meninas para a delicadeza, para o cuidado, para a obediência e para a busca constante da aprovação social, a cultura produz representações específicas sobre o feminino. Simultaneamente, desencoraja manifestações de autonomia, assertividade, liderança e enfrentamento de conflitos, frequentemente associadas ao universo masculino. Essas representações não apenas regulam comportamentos, mas participam da constituição da subjetividade, orientando a maneira como as mulheres interpretam seus sentimentos, desejos e expectativas.

Pierre Bourdieu (2021), ao discutir a violência simbólica, demonstra que esses processos tornam-se particularmente eficazes porque operam de maneira invisível. As estruturas de dominação deixam de ser percebidas como construções históricas e passam a ser interpretadas como características naturais dos sujeitos. Assim, determinadas expectativas acerca da feminilidade são incorporadas pelas próprias mulheres como se fossem escolhas individuais, quando, na realidade, resultam de processos históricos de socialização.

Essa análise aproxima-se das reflexões de Joan Scott (1995), para quem o gênero deve ser compreendido como uma categoria analítica das relações de poder. Segundo a autora, as diferenças atribuídas entre homens e mulheres não representam apenas distinções biológicas, mas formas de organização social que estruturam instituições, discursos e práticas culturais. Os significados atribuídos ao corpo feminino, à maternidade, ao trabalho e à sexualidade participam, portanto, da manutenção de determinadas relações de poder.

Entretanto, compreender a construção do feminino exige reconhecer que esses processos de significação não ocorrem de forma homogênea. Audre Lorde (2019) destaca que gênero, raça, classe social, orientação sexual, deficiência, território e geração articulam-se de forma constante na produção das experiências femininas. Ao criticar a ideia de uma experiência universal da mulher, a autora evidencia que diferentes formas de opressão produzem diferentes possibilidades de existência e, consequentemente, distintos processos de construção da subjetividade.

Essa leitura aproxima-se do conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), segundo o qual as estruturas de desigualdade não atuam isoladamente, mas de maneira simultânea e interdependente. A subjetividade feminina não pode ser compreendida apenas

pela categoria gênero; ela resulta da articulação dinâmica entre diferentes marcadores sociais que organizam oportunidades, restrições e formas de reconhecimento.

Sob essa ótica, os processos de significação não apenas ensinam modos de ser mulher, mas estabelecem quais mulheres são reconhecidas socialmente e quais permanecem invisibilizadas. Certos corpos são valorizados; outros são considerados inadequados. Algumas vozes são legitimadas; outras permanecem silenciadas. Algumas formas de maternidade recebem reconhecimento social; outras são constantemente desqualificadas. Assim, os significados atribuídos às experiências femininas encontram-se constantemente atravessados por relações de poder.

Ao deslocar o debate para o plano político, Audre Lorde (2019, p. 72) afirma que "*não são nossas diferenças que nos dividem, mas nossa incapacidade de reconhecer, aceitar e celebrar essas diferenças*". Essa afirmação amplia a compreensão da subjetividade feminina ao evidenciar que reconhecer a diversidade constitui condição necessária para romper processos de homogeneização cultural e ampliar possibilidades de existência.

As contribuições de Hélène Cixous (2022) aprofundam essa discussão ao atribuir à linguagem um papel central na manutenção e na transformação das relações de poder. Em *O Riso da Medusa*, a autora argumenta que as mulheres foram historicamente afastadas da condição de autoras de suas próprias narrativas. Seus corpos foram descritos, interpretados e regulados por discursos predominantemente masculinos, restringindo suas possibilidades de expressão e reconhecimento.

Escrever, nesse contexto, representa muito mais do que produzir textos; constitui um ato político de reconstrução da subjetividade. Ao narrar sua própria experiência, a mulher rompe com significados previamente impostos e torna-se participante ativa da produção de novos sentidos acerca de seu corpo, de sua história e de sua existência. Essa compreensão dialoga diretamente com Vygotsky (2009), ao reconhecer que a linguagem não apenas comunica pensamentos, mas participa ativamente da constituição da consciência.

Embora partam de referenciais distintos, Vygotsky, Silvia Lane, Adichie, Audre Lorde, Cixous, Butler e Joan Scott convergem ao compreender que o feminino não representa uma essência natural, mas uma construção histórica constantemente produzida nas relações sociais, na linguagem e nas práticas culturais. A subjetividade feminina constitui-se, portanto, em um processo permanente de produção, apropriação, negociação e transformação de significados.

Essa convergência, contudo, não deve obscurecer uma tensão epistemológica real entre os dois campos. A Psicologia Histórico-Cultural, em sua formulação clássica, descreve a mediação cultural de maneira relativamente geral, como um mecanismo universal de desenvolvimento humano, sem problematizar sistematicamente quem controla a produção dos significados nem quais relações de

poder determinam sua circulação. Os Estudos Feministas, por sua vez, partem de um compromisso político explícito com a denúncia das assimetrias de gênero, o que os leva a enfatizar a dimensão de dominação e resistência de um modo que a tradição vigotskiana, voltada à explicação do desenvolvimento psicológico em termos mais amplos, não tematiza diretamente. Essa diferença de ênfase não invalida a articulação proposta neste estudo; ao contrário, exige que o conceito de mediação histórico-cultural seja qualificado à luz da interseccionalidade, reconhecendo que os processos de significação não se distribuem de forma simétrica entre os sujeitos.

Compreender a mediação cultural significa, portanto, reconhecer que nenhuma experiência possui significado universal ou definitivo. Menarca, sexualidade, maternidade, trabalho, menopausa e envelhecimento tornam-se psicologicamente significativos apenas quando interpretados por meio dos sistemas simbólicos disponíveis em determinado contexto histórico. Como afirma Audre Lorde (2019, p. 72), "*fomos educadas para temer o sim dentro de nós, nossos mais profundos desejos*". Reconhecer que esses significados são histórica e culturalmente produzidos permite compreender também sua possibilidade de transformação.

É precisamente nesse espaço entre experiência, cultura e subjetividade que se fundamenta a categoria analítica proposta neste estudo. Os Processos de Significação da Subjetividade Feminina procuram explicar como as mulheres produzem, negociam, transformam e ressignificam os sentidos atribuídos às experiências que atravessam seu ciclo de vida. Mais do que descrever acontecimentos biológicos ou sociais, essa categoria busca compreender os mecanismos histórico-culturais pelos quais tais acontecimentos tornam-se constitutivos da subjetividade, oferecendo um referencial teórico integrador para futuras investigações no campo da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas.

5 A LINGUAGEM COMO MEDIADORA DA EXPERIÊNCIA FEMININA

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a linguagem ocupa posição central na constituição do desenvolvimento humano. Para Vygotsky (2009), ela ultrapassa sua função comunicativa e assume um papel estruturante na organização do pensamento, da consciência e da própria subjetividade. Ao apropriar-se da linguagem produzida socialmente, o sujeito internaliza significados, reorganiza suas experiências e constrói formas particulares de compreender a realidade. Nessa perspectiva, pensar e falar constituem processos indissociáveis, pois é por meio da linguagem que o indivíduo atribui sentidos às experiências vividas e produz significados sobre si mesmo e sobre o mundo.

Silvia Lane (2012) amplia essa compreensão ao afirmar que a linguagem constitui uma produção histórica e social inseparável das relações concretas estabelecidas pelos sujeitos. As palavras nunca são neutras; carregam valores, ideologias, relações de poder e concepções de mundo construídas historicamente. Assim, nomear uma experiência significa também posicioná-la dentro de determinado contexto cultural e político.

Os Estudos Feministas aprofundam essa discussão ao demonstrar que a linguagem participa ativamente da produção das identidades de gênero. O feminino não é construído apenas pelas experiências vividas, mas também pelas formas como essas experiências são nomeadas, narradas, legitimadas ou silenciadas. A linguagem, portanto, não apenas descreve a realidade; ela participa de sua produção.

Nesse sentido, expressões aparentemente simples do cotidiano, como *"meninas comportadas"*, *"isso não é coisa de menina"*, *"mulher de verdade"* ou *"uma boa mulher deve..."*, deixam de representar meras orientações educativas para constituírem dispositivos simbólicos que regulam comportamentos, organizam expectativas sociais e participam da constituição da subjetividade feminina. Conforme argumenta Chimamanda Ngozi Adichie (2017), meninas são sistematicamente educadas para agradar, cuidar, evitar conflitos e buscar aprovação social, enquanto meninos são incentivados à autonomia, à competitividade e à liderança. Essas diferenças não representam apenas estratégias educativas distintas; constituem processos de significação que ensinam diferentes formas de existir no mundo.

Jerome Bruner (2001) contribui para essa compreensão ao afirmar que os seres humanos organizam sua experiência por meio das narrativas culturalmente compartilhadas. As histórias que uma sociedade conta sobre masculinidade e feminilidade tornam-se referências simbólicas que orientam a maneira como cada sujeito interpreta sua própria trajetória. Assim, a identidade não resulta apenas da experiência vivida, mas das narrativas disponíveis para compreendê-la.

Bakhtin (2003) acrescenta que toda palavra é produzida em um contexto social específico e carrega as vozes daqueles que historicamente a utilizaram. A linguagem é, portanto, essencialmente dialógica. Ao aprender determinadas palavras, metáforas e discursos acerca do feminino, as mulheres também aprendem formas culturalmente legitimadas de interpretar seus corpos, seus desejos, seus afetos e seus projetos de vida. Cada narrativa incorpora valores, crenças e relações de poder que participam da constituição da subjetividade.

Na mesma direção, Audre Lorde (2019) amplia significativamente o debate ao afirmar que o silêncio também constitui uma linguagem. Aquilo que permanece sem nome dificilmente pode ser elaborado psicologicamente. Historicamente, experiências relacionadas ao prazer, ao desejo, à

violência, à maternidade compulsória, ao envelhecimento e à raiva feminina permaneceram cercadas por interditos culturais que limitaram não apenas sua expressão social, mas também sua elaboração subjetiva. O silêncio, nesse contexto, constitui uma estratégia de manutenção das relações de poder.

Transformar experiências em linguagem representa, portanto, um movimento de reconstrução da subjetividade. Nomear significa reconhecer, compreender e atribuir existência àquilo que antes permanecia invisível. Como destaca Lorde (2019), romper o silêncio constitui um ato político e emancipatório, pois permite que mulheres recuperem a autoria sobre suas próprias experiências.

Essa proposição dialoga diretamente com Hélène Cixous (2022), que, em *O Riso da Medusa*, propõe a écriture féminine como possibilidade de ruptura com os discursos historicamente produzidos sobre as mulheres. Para a autora, "*a mulher precisa se colocar no texto — como no mundo, e na história — através de seu próprio movimento*" (CIXOUS, 2022, p. 129). Escrever deixa de representar apenas uma atividade literária para constituir um processo de reconstrução da subjetividade e de recuperação da autoria historicamente negada às mulheres.

A escrita feminina, nessa perspectiva, representa muito mais do que uma forma de expressão individual. Constitui uma prática de resistência simbólica que rompe com séculos de discursos produzidos predominantemente sob perspectivas masculinas. Ao escrever sua própria experiência, a mulher deixa de ocupar exclusivamente a posição de objeto do discurso para tornar-se sujeito de sua própria narrativa.

Paulo Freire (2021) aproxima-se dessa compreensão ao afirmar que nomear o mundo representa condição fundamental para transformá-lo. Não existe emancipação sem linguagem, pois é por meio dela que os sujeitos desenvolvem consciência crítica acerca das condições históricas que organizam sua existência. Quando mulheres narram suas experiências, não apenas reorganizam a própria subjetividade, mas também questionam os significados sociais historicamente atribuídos ao feminino.

Linguagem, escrita e subjetividade deixam, assim, de constituir dimensões independentes. A forma como cada mulher aprende a narrar sua história participa diretamente da construção de sua identidade. Como afirma Cixous (2022, p. 131): *"Escreve, que ninguém te segure..."*. Trata-se de um convite à apropriação da própria voz e, consequentemente, à reconstrução dos significados que organizam a experiência feminina.

Desse modo, compreender a linguagem como mediadora da experiência feminina significa reconhecer que os processos de significação não ocorrem apenas por meio das práticas sociais, mas também através das palavras, dos discursos, das narrativas e dos silêncios que acompanham a trajetória das mulheres. A linguagem organiza a experiência, produz sentidos e participa da constituição da

subjetividade — e é exatamente por operar nesse registro simbólico que ela funciona como um dos principais mecanismos dos Processos de Significação da Subjetividade Feminina, a categoria proposta neste estudo.

6 AS MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES: DIFERENÇAS, INTERSECCIONALIDADE E CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA

A proposição dos Processos de Significação da Subjetividade Feminina parte do pressuposto de que a subjetividade é construída nas relações sociais por meio de processos históricos de mediação e produção de significados. Entretanto, compreender essa dinâmica exige reconhecer que não existe uma experiência universal do feminino. As mulheres não compartilham uma trajetória homogênea, tampouco atribuem os mesmos sentidos às experiências que atravessam seus ciclos de vida. A constituição da subjetividade é continuamente atravessada por marcadores sociais como raça, classe, etnia, geração, território, religião, orientação sexual, deficiência e pertencimento cultural, produzindo diferentes possibilidades de viver, interpretar e significar a condição feminina.

Essa perspectiva rompe com concepções universalizantes que historicamente tomaram a experiência de determinados grupos de mulheres — geralmente brancas, heterossexuais e pertencentes às classes médias — como representação da experiência feminina em sua totalidade. Conforme argumenta Joan Scott (1995), o gênero constitui uma categoria histórica de análise que organiza relações de poder e produz diferentes formas de inserção social. Não se trata apenas de uma diferença entre homens e mulheres, mas de um sistema simbólico que estrutura instituições, práticas culturais e relações sociais, atribuindo significados distintos às experiências humanas.

A construção da subjetividade feminina deve, portanto, ser compreendida como um processo múltiplo, relacional e historicamente situado. Os significados atribuídos ao corpo, à maternidade, à sexualidade, ao trabalho, à velhice ou ao cuidado não são produzidos de maneira uniforme, mas variam conforme os contextos sociais em que as mulheres vivem. Assim, a mesma experiência pode assumir sentidos profundamente distintos quando atravessada por diferentes relações de poder.

Audre Lorde (2019) destaca que as diferenças entre mulheres não constituem obstáculos à construção coletiva do conhecimento; ao contrário, representam condição fundamental para compreender a complexidade da experiência feminina. Para a autora, a tentativa de produzir uma identidade feminina homogênea invisibiliza trajetórias marcadas por desigualdades específicas, impedindo que diferentes formas de opressão sejam reconhecidas.

Nesse sentido, Lorde (2019) afirma:

> Quando vivemos fora de nós mesmas, guiadas apenas por diretrizes externas e afastadas do conhecimento de nossas próprias necessidades, limitamos nossa existência aos modelos produzidos por estruturas alheias. Ao contrário, quando vivemos de dentro para fora, permitindo que nosso poder interior oriente nossas ações, começamos a assumir responsabilidade por nós mesmas no sentido mais profundo. (LORDE, 2019, p. 72).

Essa reflexão evidencia que os processos de significação não ocorrem apenas na relação entre sujeito e cultura, mas também na tensão permanente entre os significados socialmente impostos e aqueles produzidos pela própria experiência subjetiva. A subjetividade constitui-se justamente nesse movimento dialético entre internalização, resistência e ressignificação.

A noção de interseccionalidade, sistematizada por Kimberlé Crenshaw (1989), amplia significativamente essa compreensão ao demonstrar que os sistemas de opressão não atuam isoladamente. Gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e outras categorias sociais articulam-se de maneira simultânea, produzindo formas específicas de exclusão e reconhecimento. Compreender a subjetividade feminina exige, por isso, abandonar explicações lineares e reconhecer que diferentes marcadores sociais organizam diferentes possibilidades de existência.

Essa compreensão aproxima-se do modelo bioecológico do desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner (2011). Embora elaborado em outro campo teórico, esse modelo evidencia que o desenvolvimento resulta da interação contínua entre características individuais e múltiplos sistemas ambientais. Família, escola, comunidade, instituições políticas, cultura e contexto histórico atuam simultaneamente na organização das experiências humanas. Sob a perspectiva defendida neste estudo, tais sistemas não apenas influenciam o desenvolvimento, mas produzem significados que participam diretamente da constituição da subjetividade feminina.

Silvia Lane (2012), por sua vez, contribui para essa discussão ao compreender o sujeito como síntese das relações sociais historicamente produzidas. Na Psicologia Social Crítica, a subjetividade deixa de ser concebida como uma realidade exclusivamente individual para tornar-se expressão das contradições presentes na sociedade. Os sujeitos constituem-se em contextos concretos, marcados por disputas simbólicas, relações de poder e desigualdades estruturais que organizam a maneira como percebem a si mesmos e ao mundo.

Sob essa perspectiva dialética, a subjetividade feminina não representa um produto acabado, mas um processo histórico permanentemente tensionado por contradições sociais. A mulher não é apenas mediada pela cultura; ela é continuamente atravessada pelas contradições produzidas pela própria organização da sociedade.

Essas contradições manifestam-se cotidianamente. Ao mesmo tempo em que a cultura contemporânea estimula a autonomia feminina, ainda preserva expectativas relacionadas ao cuidado, à

maternidade e à disponibilidade emocional. Incentiva-se o protagonismo profissional, mas frequentemente responsabiliza-se a mulher pela organização da vida doméstica. Valoriza-se a liberdade sexual, ao mesmo tempo em que persistem mecanismos de julgamento moral sobre o comportamento feminino. Espera-se autenticidade, mas impõem-se padrões estéticos e modelos de desempenho cada vez mais rígidos. Essas tensões não constituem incoerências individuais; representam expressões das múltiplas mediações que organizam a experiência feminina.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ilustram concretamente essa contradição: em 2022, as mulheres brasileiras dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, contra 11,7 horas dedicadas pelos homens (IBGE, 2023). A desigualdade numérica confirma, no plano empírico, o que a Psicologia Histórico-Cultural e os Estudos Feministas descrevem no plano teórico: o discurso da autonomia feminina coexiste com uma distribuição do trabalho de cuidado que permanece marcadamente desigual.

Judith Butler (2022) contribui para essa análise ao compreender o gênero como uma construção performativa produzida de modo repetido por práticas sociais repetidas ao longo da vida. O feminino não corresponde a uma identidade fixa, mas a um processo permanente de produção e reprodução de normas culturais. Essa compreensão dialoga diretamente com a categoria proposta neste estudo, uma vez que evidencia que a subjetividade feminina permanece aberta à transformação sempre que novos significados são produzidos e apropriados pelas mulheres.

Pierre Bourdieu (2021) acrescenta que tais processos ocorrem, muitas vezes, por meio da violência simbólica, mecanismo pelo qual estruturas de dominação tornam-se naturalizadas e passam a ser percebidas como legítimas pelos próprios sujeitos. Assim, expectativas sociais acerca do corpo, da maternidade, do envelhecimento ou da sexualidade são frequentemente incorporadas como escolhas individuais, quando, na realidade, refletem processos históricos de produção de significados.

Os Processos de Significação da Subjetividade Feminina, vale reiterar, não pretendem descrever um percurso universal da experiência das mulheres, tampouco estabelecer etapas fixas de desenvolvimento. Seu objetivo consiste em oferecer uma categoria analítica capaz de compreender como diferentes contextos históricos, culturais, políticos e sociais produzem diferentes formas de atribuir sentidos às experiências femininas. Cada mulher constrói sua subjetividade por meio de múltiplas mediações, sempre atravessadas por relações de poder, pertencimento, resistência e transformação.

Essa compreensão reforça o principal argumento deste estudo: a subjetividade feminina não decorre diretamente dos acontecimentos vividos, mas dos significados produzidos sobre eles nas relações sociais. As diferenças entre mulheres não representam exceções ao modelo proposto;

constituem precisamente sua confirmação. É porque os processos de significação são históricos, culturais e relacionais que diferentes mulheres constroem diferentes formas de viver o feminino. A categoria Processos de Significação da Subjetividade Feminina busca, portanto, oferecer um referencial teórico capaz de explicar essa diversidade sem reduzir a experiência feminina a modelos universais, reconhecendo a pluralidade como condição constitutiva da subjetividade.

7 O ROTEIRO COR-DE-ROSA DA BARBIE: UM MANIFESTO DA DESAPROPRIAÇÃO DE SI

Ao longo das últimas décadas, poucos artefatos culturais exerceram influência tão significativa na construção do imaginário feminino quanto a Barbie. Muito mais do que um brinquedo, ela representa um sistema simbólico capaz de comunicar expectativas sociais sobre beleza, sucesso, consumo, maternidade, relações afetivas e formas consideradas desejáveis de ser mulher. Do ponto de vista da Psicologia Histórico-Cultural, esses artefatos não constituem elementos neutros da cultura, mas instrumentos mediadores por meio dos quais crianças aprendem a interpretar o mundo e a construir significados acerca de si mesmas.

Desde muito cedo, meninas são apresentadas a narrativas que associam felicidade à beleza, ao reconhecimento social, ao amor romântico e ao consumo. Castelos, vestidos, príncipes, casas perfeitas e corpos idealizados compõem um universo simbólico que antecede a própria capacidade crítica da criança. Esses elementos passam a integrar o repertório cultural por meio do qual muitas meninas começam a responder, ainda que inconscientemente, à pergunta: o que significa ser mulher?

Ao crescer, entretanto, esse roteiro imaginário passa a confrontar-se com a realidade concreta da vida adulta. As exigências relacionadas ao trabalho, à maternidade, ao cuidado com a família, à manutenção da aparência física e à constante busca por desempenho produzem uma reorganização profunda da experiência feminina. Aquela menina que aprendeu a imaginar um futuro idealizado passa a ocupar múltiplos papéis sociais simultaneamente, frequentemente colocando suas próprias necessidades em segundo plano.

A desapropriação de si, nesse quadro, não ocorre em um único acontecimento, mas constitui um processo gradual de afastamento da própria experiência subjetiva. À medida que incorpora expectativas sociais acerca do que significa ser uma "boa mulher", muitas vezes a mulher passa a organizar sua existência em função das necessidades do outro. O cuidado, inicialmente aprendido como expressão de afeto, pode transformar-se em responsabilidade permanente; a maternidade, embora frequentemente vivida como experiência potente, pode converter-se em espaço exclusivo de investimento emocional; o trabalho deixa de representar apenas realização profissional para tornar-se

exigência constante de produtividade; e a busca pelo reconhecimento social passa a orientar escolhas que pouco dialogam com seus desejos mais autênticos.

Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, esse movimento pode ser compreendido como resultado dos processos de mediação cultural. A mulher não abandona sua individualidade porque assim deseja, mas porque aprende, ao longo de sua história, determinados significados sobre o amor, o cuidado, o sucesso e a feminilidade. Tais significados tornam-se referências para interpretar a própria existência, organizando prioridades, expectativas e modos de relação consigo mesma.

Ao longo do ciclo de vida, novas experiências reconfiguram continuamente esses significados. Quando os filhos tornam-se independentes, muitas mulheres experimentam um profundo sentimento de vazio, não necessariamente pela ausência física daqueles que cuidaram, mas pela perda de um papel que durante décadas estruturou sua identidade. Da mesma forma, as transformações corporais associadas ao climatério e à menopausa frequentemente desafiam significados historicamente produzidos acerca da juventude, da beleza e do valor social do corpo feminino. O sofrimento que emerge nesse período não decorre apenas das alterações biológicas, mas também do confronto entre a experiência vivida e os modelos culturais que associam feminilidade à juventude, à disponibilidade e à produtividade.

A invisibilidade social dessa fase de vida também se reflete nos indicadores de saúde pública. Estima-se que cerca de 29 milhões de mulheres brasileiras vivam atualmente o climatério ou a menopausa, e que 82% delas apresentem sintomas capazes de comprometer sua qualidade de vida; no entanto, apenas cerca de 238 mil foram efetivamente diagnosticadas pelo Sistema Único de Saúde (IBGE, 2023; SENADO NOTÍCIAS, 2024). Esse descompasso entre a magnitude do fenômeno e sua baixa visibilidade institucional exemplifica, em termos concretos, como um processo biológico universal pode ser sistematicamente silenciado pelas mediações sociais e culturais que organizam o que é considerado digno de atenção, cuidado e investimento público.

Pierre Bourdieu (2021) demonstra que esses processos operam por meio da violência simbólica, tornando determinadas expectativas aparentemente naturais. Judith Butler (2022), por sua vez, evidencia que a feminilidade é produzida de forma repetida por práticas repetidas ao longo da vida, reforçando normas culturais que orientam a maneira como mulheres percebem seus corpos e organizam suas identidades. Assim, a mulher pode sentir-se inadequada não porque exista algo de errado com ela, mas porque foi socializada para perseguir modelos impossíveis de serem plenamente alcançados.

Entretanto, os processos de significação não se encerram na reprodução dos significados culturalmente estabelecidos. Se a cultura participa da construção da subjetividade, também oferece condições para sua transformação. A chegada dos netos, por exemplo, pode inaugurar uma forma

distinta de vivenciar o afeto, menos marcada pela obrigação e mais próxima da liberdade de compartilhar experiências. Da mesma maneira, a maturidade pode favorecer o questionamento de papéis historicamente assumidos e abrir espaço para novas formas de existência, nas quais o cuidado deixa de significar anulação e passa a coexistir com a autonomia.

Nesse contexto, recuperar a apropriação de si não significa rejeitar maternidade, trabalho, família ou envelhecimento, mas reconstruir os significados atribuídos a essas experiências. Trata-se de deslocar o centro da própria existência da aprovação externa para a construção de uma relação mais autêntica consigo mesma. Esse movimento exige reconhecer que muitos dos sentidos que orientaram a vida foram aprendidos historicamente e, justamente por isso, podem ser ressignificados.

Nesse movimento de reconstrução da subjetividade, a escrita deixa de representar apenas uma forma de comunicação e transforma-se em um processo de apropriação de si. Ao narrar sua própria história, a mulher rompe com os significados que lhe foram atribuídos por discursos externos e passa a produzir novos sentidos para sua existência. Essa forma de conceber a escrita aproxima-se da proposta de Hélène Cixous (2022), para quem a escrita constitui um gesto político de emancipação e de recuperação da autoria feminina. Conforme afirma a autora:

> Salvo exceções, pois houve falhas — sem as quais eu (eu-mulher, sobrevivente) não estaria escrevendo — na enorme máquina que roda e repete sua 'verdade' há séculos, houve poetas que a qualquer preço transmitiram algo de heterogêneo à tradição — homens capazes de amar o amor; de amar então os outros e de querê-los, de pensar a mulher que resistiria ao esmagamento e se constituiria em um sujeito esplêndido, igual, 'impossível' então, insustentável no quadro social real: esta mulher aí, o poeta só pôde desejá-la ao quebrar os códigos que a negam. (CIXOUS, 2022, p. 135).

Essa reflexão evidencia que recuperar a autoria da própria narrativa representa também recuperar a possibilidade de produzir novos significados sobre o corpo, os afetos, o trabalho, a maternidade, o envelhecimento e todas as experiências que atravessam a vida das mulheres. Romper com roteiros previamente estabelecidos não significa negar a própria história, mas reconhecer que os sentidos atribuídos à experiência feminina são historicamente construídos e, por isso, podem ser continuamente transformados.

Compreendida dessa maneira, a metáfora da Barbie ultrapassa a crítica a um brinquedo ou a um ideal estético. Ela representa o conjunto de narrativas culturais que ensinam às meninas quem devem ser, o que devem desejar e quais papéis devem ocupar ao longo da vida. A emancipação não consiste em abandonar esses papéis, mas em recuperar a condição de sujeito capaz de reinterpretá-los criticamente e atribuir-lhes novos sentidos. É nesse movimento de apropriação, negociação e reconstrução dos significados que ganham corpo os Processos de Significação da Subjetividade Feminina, categoria

analítica proposta neste estudo para compreender como a subjetividade feminina é permanentemente construída, transformada e ressignificada ao longo do ciclo vital.

8 OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA: UMA PROPOSTA HISTÓRICO-CULTURAL PARA COMPREENDER A CONSTRUÇÃO DO FEMININO

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que a constituição da subjetividade feminina não pode ser compreendida a partir de uma única dimensão da experiência humana. A Psicologia Histórico-Cultural demonstra que o desenvolvimento psicológico ocorre por meio das mediações sociais e da apropriação da cultura (VYGOTSKY, 2007); a Psicologia Social Crítica compreende sujeito e sociedade como uma unidade histórica e dialética (LANE, 2012); e os Estudos Feministas evidenciam que essas mediações são atravessadas por relações de poder, gênero, linguagem e cultura (LORDE, 2019; CIXOUS, 2022; ADICHIE, 2017). Embora esses referenciais ofereçam contribuições fundamentais para compreender a construção do feminino, ainda são escassos modelos teóricos capazes de integrar essas perspectivas em uma mesma estrutura interpretativa.

É a partir dessa lacuna que se propõe a categoria analítica Processos de Significação da Subjetividade Feminina, compreendida como o conjunto de processos históricos, sociais, culturais e simbólicos por meio dos quais as mulheres atribuem sentidos às experiências que atravessam seu ciclo vital, constituindo, transformando e ressignificando continuamente sua subjetividade.

Essa categoria parte do pressuposto de que nenhuma experiência possui, em si mesma, um significado psicológico universal. Menarca, sexualidade, maternidade, trabalho, menopausa, envelhecimento ou qualquer outro acontecimento da vida feminina não determinam, por si sós, formas específicas de sentir, pensar ou existir. Entre o acontecimento vivido e sua incorporação à subjetividade existe um processo permanente de significação, mediado pela linguagem, pelas relações sociais, pelas instituições, pelas práticas culturais e pelas condições históricas nas quais cada mulher está inserida.

A experiência, nesse movimento, deixa de ser compreendida como um evento exclusivamente individual para ser reconhecida como uma realidade continuamente interpretada. A cultura oferece narrativas, valores, expectativas e representações que orientam a maneira como cada mulher percebe seu corpo, seus vínculos, seus afetos e suas possibilidades de existência. Entretanto, esses significados não são incorporados de forma passiva. Conforme argumentam Vygotsky (2007) e Lane (2012), os sujeitos participam ativamente da construção da própria subjetividade, apropriando-se, negociando, questionando, resistindo e ressignificando os sentidos produzidos socialmente.

Os Processos de Significação da Subjetividade Feminina constituem, portanto, um movimento histórico, relacional e dialético. Cada nova experiência dialoga com significados previamente construídos, podendo reafirmá-los, transformá-los ou produzir novas formas de compreensão de si mesma. A subjetividade deixa de ser concebida como uma estrutura fixa para ser compreendida como uma configuração dinâmica, sempre reorganizada pelas experiências, pelas relações sociais e pelas mudanças culturais.

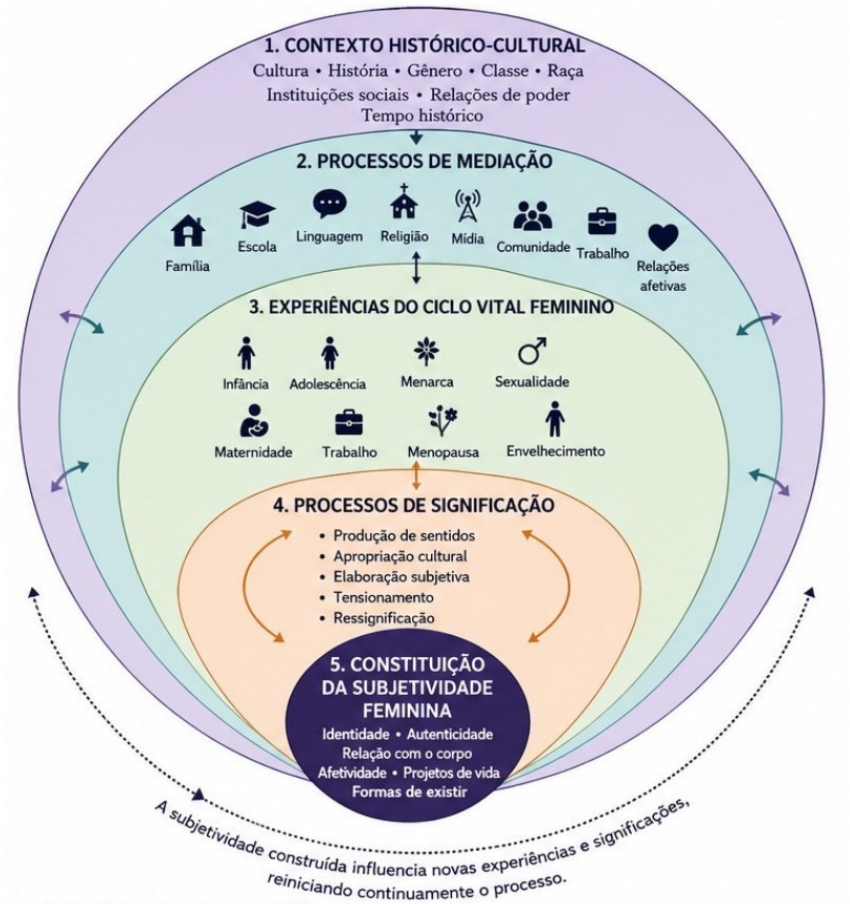
Esse modelo permite compreender por que mulheres podem atribuir significados profundamente distintos a experiências semelhantes. A primeira menstruação pode representar celebração, vergonha, liberdade ou silêncio; a maternidade pode ser vivida como realização, ambivalência ou obrigação; a menopausa pode ser percebida como perda, transformação ou libertação. As diferenças não decorrem exclusivamente do acontecimento vivido, mas dos processos de significação construídos ao longo da trajetória de cada mulher e dos contextos históricos e culturais nos quais essas experiências são produzidas.

Ao mesmo tempo, essa categoria reconhece que tais processos são atravessados por marcadores sociais como raça, classe, geração, orientação sexual, religião, deficiência e território. Conforme discutido por Audre Lorde (2019), não existe uma experiência feminina universal. Os significados atribuídos às experiências das mulheres refletem diferentes relações de pertencimento, reconhecimento e desigualdade, produzindo múltiplas formas de viver o feminino.

A principal contribuição desta proposta consiste em deslocar a análise da experiência em si para os significados produzidos sobre ela. Mais do que investigar acontecimentos do ciclo de vida feminino, busca-se compreender como esses acontecimentos tornam-se psicologicamente significativos por meio das mediações sociais, culturais e históricas. Os Processos de Significação da Subjetividade Feminina constituem, assim, uma categoria analítica integradora, capaz de articular desenvolvimento humano, cultura, linguagem, relações de poder e produção de subjetividade em um mesmo referencial teórico.

Com o objetivo de sintetizar essa proposta, apresenta-se, na Figura 1, o Modelo Conceitual dos Processos de Significação da Subjetividade Feminina, elaborado a partir da articulação entre a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Social Crítica e os Estudos Feministas.

Figura 1 – Quadro Analítico dos Processo de Significação da Subjetividade Feminina



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

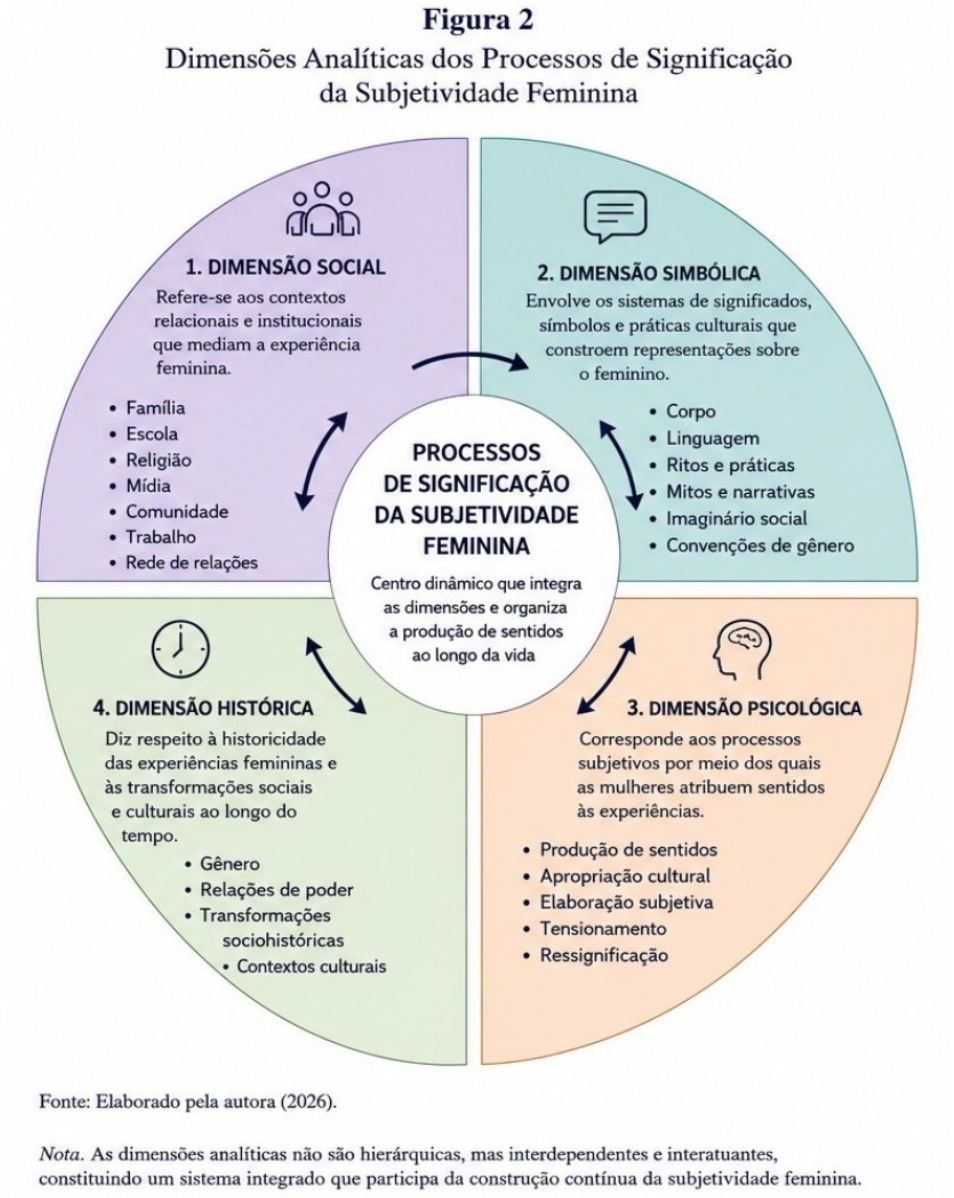
Nota. A figura representa a constituição da subjetividade feminina como um processo dinâmico e relacional, no qual experiências são mediadas socialmente e adquirem significados por meio de processos contínuos de significação.

Fonte: Elaborada pelos autores

O modelo representa a subjetividade feminina como uma configuração dinâmica, construída por meio da interação entre cinco dimensões interdependentes: (1) contexto histórico-cultural; (2) mediações sociais; (3) experiências do ciclo vital feminino; (4) processos de significação; e (5) subjetividade feminina. Diferentemente de modelos lineares de desenvolvimento, esta proposta compreende essas dimensões como mutuamente influentes, organizadas em permanente movimento de constituição e reconstrução dos significados.

A Figura 2 apresenta essa dinâmica em uma perspectiva circular, evidenciando que a subjetividade produzida em determinado momento influencia a maneira como novas experiências serão vividas, interpretadas e ressignificadas, reiniciando continuamente o processo de construção dos sentidos.

Figura 2 – Dimensões Analíticas dos Processos de Significação da Subjetividade Feminina



Fonte: Elaborada pelos autores

O caráter circular do modelo simboliza que a constituição da subjetividade não representa um estado final ou uma identidade acabada. Ao contrário, trata-se de um processo contínuo de reorganização dos significados produzidos ao longo da vida. As experiências transformam a subjetividade, e a subjetividade reorganizada modifica a maneira como experiências futuras serão interpretadas, evidenciando a natureza histórica, dialética e relacional do desenvolvimento humano.

A categoria analítica proposta não pretende estabelecer um modelo universal da experiência feminina nem substituir os referenciais teóricos que a fundamentam. Seu propósito é integrar as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas em uma estrutura interpretativa capaz de compreender como diferentes experiências tornam-se

subjetivamente significativas por meio das mediações históricas, sociais e culturais. Os Processos de Significação da Subjetividade Feminina configuram-se, portanto, como uma ferramenta teórica aberta, passível de aplicação e aprofundamento em pesquisas sobre desenvolvimento humano, educação, saúde mental, relações de gênero e diferentes momentos do ciclo vital feminino.

9 LIMITES E POSSIBILIDADES CRÍTICAS DO MODELO

Como toda proposição teórica, os Processos de Significação da Subjetividade Feminina apresentam limites que devem ser explicitados. O primeiro diz respeito ao próprio recorte de experiências utilizado para ilustrar a categoria: menarca, maternidade, menopausa e envelhecimento constituem marcos amplamente documentados na literatura sobre desenvolvimento feminino, mas são também marcos predominantemente biológicos, associados à corporalidade cisgênero. Uma leitura apressada do modelo poderia sugerir que a subjetividade feminina depende desses marcos para se constituir, excluindo, por omissão, a experiência de mulheres trans, cuja trajetória de construção do feminino frequentemente não passa pela menarca ou pela menopausa nos termos aqui descritos. Cabe explicitar que essa não é a intenção do modelo: se a tese central deste estudo é a de que nenhuma experiência produz, por si só, formas específicas de subjetividade, então o próprio corpo biológico tampouco pode ser tomado como pré-requisito da feminilidade. Os Processos de Significação aplicam-se, com igual pertinência, aos processos pelos quais mulheres trans produzem e ressignificam sentidos sobre o corpo, o nome, a voz, a maternidade ou o envelhecimento, ainda que por trajetórias distintas das descritas neste artigo; investigar especificamente essas trajetórias constitui uma agenda de pesquisa que este estudo não esgota, mas que a categoria proposta está apta a acolher.

Um segundo limite refere-se à natureza teórica e qualitativa do presente estudo, que se apoia em pesquisa bibliográfica e análise conceitual, sem validação empírica direta da categoria analítica proposta. Os dados brasileiros citados ao longo do texto cumprem a função de ilustrar e ancorar a discussão teórica, mas não substituem investigações empíricas específicas, com desenho metodológico próprio, capazes de testar e refinar os Processos de Significação da Subjetividade Feminina em contextos concretos.

Um terceiro limite diz respeito ao risco, inerente a qualquer abordagem histórico-cultural, de superculturalizar a experiência feminina a ponto de esvaziar sua materialidade biológica. Reconhecer que os significados atribuídos ao corpo são social e culturalmente produzidos não equivale a negar que dores, sangramentos, alterações hormonais e transformações físicas sejam vividos corporalmente. O desafio teórico que permanece em aberto é o de compreender como dimensão biológica e dimensão

simbólica se articulam sem que uma seja reduzida à outra — desafio que este estudo assume, mas não pretende resolver definitivamente.

10 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA A PSICOLOGIA, A EDUCAÇÃO E A SAÚDE MENTAL

Compreender a subjetividade feminina como um processo de significação, e não como decorrência direta de eventos biológicos, tem implicações concretas para a atuação profissional. No campo da Psicologia Clínica, essa perspectiva desloca a escuta de um modelo centrado em sintomas associados a fases da vida — como a irritabilidade da adolescência, a instabilidade emocional da maternidade ou a labilidade do climatério — para uma escuta atenta aos significados singulares que cada mulher atribui a essas experiências, considerando os marcadores sociais que atravessam sua trajetória.

No campo da Educação, a categoria proposta oferece subsídios para repensar práticas pedagógicas que ainda reproduzem, de forma naturalizada, expectativas diferenciadas para meninos e meninas desde a primeira infância. Programas de educação sexual e de educação para a igualdade de gênero, ao explicitarem a construção histórico-cultural desses significados, podem contribuir para que meninas cheguem à menarca, por exemplo, menos marcadas pelo medo e pela desinformação identificados por Brêtas *et al.* (2012), e mais preparadas para atribuir a essa experiência sentidos de autonomia e pertencimento.

No campo da Saúde Mental e das políticas públicas, os dados sobre a subnotificação do climatério no Sistema Único de Saúde, apresentados na seção anterior, ilustram como a invisibilidade de determinadas experiências femininas no espaço público tem consequências diretas sobre o acesso a cuidado e a diagnóstico. Nesse sentido, iniciativas institucionais voltadas à inclusão e à saúde mental — como as desenvolvidas em espaços de acolhimento psicoeducacional no âmbito da educação básica e profissional — encontram nos Processos de Significação da Subjetividade Feminina um referencial capaz de qualificar o acolhimento oferecido a estudantes e profissionais mulheres, reconhecendo que suas demandas emocionais estão sempre atravessadas por processos históricos e culturais de significação, e não apenas por fatores individuais.

11 METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, fundamentado na interseccionalidade, junto a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Social Crítica e nos Estudos Feministas.

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com análise crítica, reunindo obras de Lev S. Vygotsky (2007, 2009), Silvia Lane (2012), Monica von Koss (2018), Audre Lorde

(2019), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Simone de Beauvoir (2016), Pierre Bourdieu (2021), Judith Butler (2022), Joan Scott (1995), Kimberlé Crenshaw (1989), Jerome Bruner (2001), Mikhail Bakhtin (2003), Paulo Freire (2021), Urie Bronfenbrenner (2011), Maurice Merleau-Ponty (1999), além de Peter Berger e Thomas Luckmann (2014).

A análise buscou identificar as relações comuns entre esses referenciais para compreender como os processos de mediação, linguagem, relações sociais, cultura e simbolismo participam da produção de significados sobre as experiências femininas e da constituição da subjetividade.

Como resultado, propõe-se a categoria analítica Processos de Significação da Subjetividade Feminina, compreendida como um referencial para interpretar a construção do feminino ao longo da vida da Mulher.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu da compreensão de que a subjetividade feminina não pode ser explicada exclusivamente por fatores biológicos, tampouco apenas pelas condições sociais que atravessam a experiência das mulheres. Ao articular a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Social Crítica e os Estudos Feministas, buscou-se compreender a construção do feminino como um processo contínuo de produção de significados, constituído nas relações entre sujeito, cultura, linguagem e história.

As contribuições de Lev Vygotsky (2007) permitiram compreender que o desenvolvimento psicológico ocorre por meio das mediações sociais e dos processos de significação. Silvia Lane (2012) ampliou essa perspectiva ao evidenciar que a subjetividade constitui-se historicamente nas relações sociais concretas, superando compreensões individualizantes do desenvolvimento humano. As reflexões de Monica von Koss (2018) contribuíram para reconhecer que as experiências corporais femininas não possuem significados universais, sendo interpretadas à luz dos referenciais simbólicos e culturais de cada contexto. Por sua vez, Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Audre Lorde (2019) e Hélène Cixous (2022) evidenciaram que os significados atribuídos ao feminino são produzidos em relações de poder, atravessadas por processos de socialização, silenciamento, diferenciação e possibilidade de autoria.

A partir do entrelaçamento entre esses referenciais, este artigo propôs a categoria analítica *Processos de Significação da Subjetividade Feminina*, compreendida como o conjunto de processos históricos, sociais, culturais, simbólicos e psicológicos por meio dos quais as mulheres atribuem sentidos às experiências que atravessam seu ciclo de vida. Essa categoria desloca o foco da análise do acontecimento em si para os significados construídos sobre ele, permitindo compreender que

experiências como a menarca, a sexualidade, a maternidade, a menopausa e o envelhecimento não determinam formas específicas de subjetividade, ao contrário, adquirem sentidos diversos conforme as mediações presentes nos diferentes contextos históricos e culturais.

Ao propor esse quadro analítico, pretendeu-se oferecer uma possibilidade de integração entre referenciais frequentemente abordados de maneira isolada. Mais do que reunir diferentes autores, buscou-se evidenciar que suas contribuições convergem para uma compreensão processual da construção do feminino, na qual a subjetividade é concebida como uma configuração dinâmica, continuamente produzida, tensionada e ressignificada ao longo da vida.

Entende-se que essa proposta possui potencial para subsidiar futuras investigações empíricas sobre diferentes experiências do ciclo de vida feminino, contribuindo para pesquisas em Psicologia, Educação, Saúde, Estudos Feministas e áreas afins. O quadro analítico apresentado poderá orientar estudos que investiguem, por exemplo, os processos de significação relacionados à menarca, à maternidade, à menopausa, às relações afetivas, ao trabalho ou ao envelhecimento, possibilitando análises que integrem dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

Por fim, considera-se que compreender a construção do feminino implica reconhecer que nenhuma mulher nasce acompanhada dos significados que orientam sua existência. Esses significados são produzidos nas relações humanas, apropriados ao longo do desenvolvimento e permanentemente ressignificados na experiência. Se a subjetividade é historicamente construída, ela também permanece aberta à transformação. É justamente nessa possibilidade de produzir novos sentidos para si e para o mundo que reside o caráter emancipatório da condição humana e, particularmente, da experiência de tornar-se mulher.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução Floriano de Souza Fernandes. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Souza Patto. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRÊTAS, José Roberto da Silva; TADINI, Aline Cássia; FREITAS, Maria José Dias de; GOELLNER, Maila Beatriz. **Significado da menarca segundo adolescentes.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Tradução André de Carvalho Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa**. Tradução Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Escritos de Hélène Cixous*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENADO NOTÍCIAS. **Mulheres na menopausa: invisibilidade deixa tratamento fora da agenda pública.** Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 7 ago. 2026.

VON KOSS, Monica. **Sabedoria do Feminino: os ciclos da mulher e seus ritos de passagem**. São Paulo: Triom, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.